

## **PROCESSO Nº: 64 / 2022**

**Processo:** 64 / 2022

**Data de entrada:** 28 de Junho de 2022

**Autor:** Chefe do Executivo

**Ementa:** VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n.º 387/2021, de autoria da Vereadora Ana Paula, que "Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.", conforme mensagem nº 085/2022.

**Despacho Inicial:**

**NORMA JURIDICA**









PREFEITURA DO  
**NATAL**

MENSAGEM Nº. 085/2022

*Enviada em 01/06/22*

A Sua Excelência o Senhor  
**PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE**  
Presidente da Câmara Municipal de Natal

*64122*  
*028*  
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete da Presidência  
Recebido em, 23/06/22  
Hora: 17:58  
*[Assinatura]*

AO SETOR LEGISLATIVO  
Em, 05/07/2022  
*[Assinatura]*  
Gabinete Ver. Paulinho Freire  
Assessoria Jurídica - 81

Em 28 de junho de 2022.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1.º do art. 43 da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar integralmente o **Projeto de Lei n.º 387/2021**, de autoria da Vereadora Ana Paula, aprovado na sessão plenária realizada no dia **1º de junho de 2022** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **08 de junho de 2022**, em que “**Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.**” por estar eivado de inconstitucionalidades, afrontando o art. 55, VI e XI da Lei Orgânica do Município, na forma das **RAZÕES DE VETO INTEGRAL**, adiante explicitadas.

**RAZÕES DE VETO INTEGRAL**

Nos moldes em que se acha apresentado, o conteúdo jurídico-normativo do Projeto de Lei acaba por adentrar, de forma indevida, nas competências do Poder Executivo Municipal, que tem a prerrogativa de dispor sobre a organização e o funcionamento da administração

Recebido em, 05/07/22  
às 11:22h  
*[Assinatura]*

PALÁCIO FELIPE CAMARÃO  
Rua Ulisses Caldas nº. 81, Cidade Alta, Natal/RN. CEP 59.025-090.  
Telefone: (84) 3232-8984. Website: <http://www.natal.rn.gov.br>



1

2



EXCELENCIA  
64122  
03/08/00

municipal e de planejar e promover a execução de serviço público municipal, conforme art. 55, VI e XI da Lei Orgânica do Município:

Art. 55. Compete privativamente ao prefeito:

VI – Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

XI – Planejar e promover execução de serviço público municipal;

Com efeito, não se discute a importância da proposição legislativa em tela sob o ponto de vista social. No entanto, constata-se que no momento em que o Poder Legislativo Municipal busca editar Lei com o objetivo de atribuir ao Poder Público obrigações relativas à criação e fornecimento de um “Selo Empresa Amiga da Mulher” às empresas que se cumpram com as metas de valorização a plena vivência da mulher em ambiente de trabalho, inclusive quanto às criações de obrigações às secretarias municipais em fornecer tal selo, além da atribuição da obrigação de elaborar relatório para consulta pública, como ocorre na espécie, imiscui-se, de forma indevida, em esfera que é própria da atividade do administrador público.

Portanto, resta demonstrada a inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, diante da violação ao princípio da separação de poderes, que, na ordem constitucional vigente, exsurge como cláusula pétrea, nos termos do art. 60, § 4.º, inciso III, da Constituição da República.

À vista disso, é cediço que incumbe ao Chefe do Poder Executivo a gestão, a organização e a execução dos serviços públicos municipais, agindo de acordo com o juízo de oportunidade e conveniência, em razão de suas próprias atribuições, que terá melhores condições de aferir a demanda pelos serviços públicos em geral e, também, os recursos disponíveis para o custeio dos serviços, estabelecendo, assim, as ações a serem efetivadas.



1

2



Demais disso, o Projeto de Lei em análise, além de padecer de vício de iniciativa, provoca aumento de despesa sem que haja autorização constitucional para fazê-lo, conforme art. 166, §3º, da Constituição Federal.

Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça são assentes quanto à inconstitucionalidade das proposições legislativas que implicam o aumento de despesas, quando a iniciativa da Lei está reservada ao Poder Executivo:

Processo constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Lei de iniciativa do Executivo. Emenda parlamentar que provoca aumento de despesa. Inconstitucionalidade. 1. Os dispositivos impugnados, introduzidos por emenda parlamentar em lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, introduziram aumento da despesa prevista sem pertencerem aos casos em que há autorização constitucional para fazê-lo. 2. Ação direta com declaração de procedência do pedido.

ADI 2810. Tribunal Pleno. Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO. Julgamento: 20/04/2016. Publicação: 10/05/2016.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. GRATIFICAÇÃO PELA ATUAÇÃO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO. CONCESSÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE FUMAÇA DO BOM DIREITO E DO



1

2



PERIGO NA DEMORA. AGRAVO  
INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A eventual reforma do acórdão a quo repercutiria na esfera patrimonial dos servidores, porém, não se observa que o sustento dos recorrentes está em risco.

2. O acórdão a quo se encontra com fundamentação coerente e fixada em premissas jurisdicionais declaradas pelo Supremo Tribunal Federal que determinam a inconstitucionalidade do pagamento da gratificação de 50% visada pelos recorrentes. Isso porque o STF, no julgamento do RE n. 745.811/PA, em repercussão geral, declarou que "São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo". Portanto, não se visualiza a presença de fumaça de um direito líquido e certo.

3. Agravo interno não provido.

AgInt no RMS 57532 / PA. AGRAVO  
INTERNO NO RECURSO EM MANDADO  
DE SEGURANÇA nº 2018/0113234-4.  
Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES.  
Data do Julgamento 16/08/2018. Data da  
Publicação/Fonte DJe 21/08/2018.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 95/2016, também conhecida como PEC do Teto de Gastos, adicionou o artigo 113 do ADCT, dispondo que "*a proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro*".



1

2



Como se vê, a presente proposição legislativa, cria despesas obrigatórias ao Poder Executivo, sem que se tenha indicado a respectiva fonte de custeio, ausentes ainda os demonstrativos dos respectivos impactos orçamentários e financeiros, violando assim as regras do art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Conforme dito alhures, a despesa pública suportada pelo ente concessor do benefício deverá ser amparada por recursos orçamentários específicos, observados os ditames dos art. 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme vemos:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º - Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso







I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Sendo assim, deve-se observar a existência de dotação orçamentária para a realização do feito, com a devida indicação da fonte de custeio que suportará a despesa, a fim de se preservar a transparência e o equilíbrio das contas públicas.

ISSO POSTO, não há outra conclusão possível senão a de que o presente Projeto de Lei contém vícios insanáveis de inconstitucionalidade, por ter afrontado as regras atributivas de competência do Poder Executivo Municipal e, conseqüentemente, violado o regime de separação e independência dos poderes (ao qual obrigatoriamente se acham vinculados, também, os Municípios), além de não estar acompanhada da devida estimativa de custeio e fonte de despesa necessários para proposições legislativas que provoquem aumento de despesa.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores, por estar eivado de inconstitucionalidades de cunho formal, **VETO INTEGRALMENTE** o Projeto de Lei nº 387/2021.

Atenciosamente,



ÁLVARO COSTA DIAS

**Prefeito**









ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

PROCESSO  
64122  
088

**RECEBIDO**

Recebido em: 08/06/2022

Por: Aécio Tavares de Sousa  
Mat. nº 04.979-4

OFÍCIO Nº 00145/2022-RF

Natal, 03 de junho de 2022.

Excelentíssimo Senhor  
**DOUTOR ÁLVARO DA COSTA DIAS**  
Prefeito da Capital  
Nesta.

Assunto: *Encaminhando a Redação Final do Projeto de Lei nº 387/2021, de autoria da Vereadora Ana Paula, subscrito pelos Vereadores Júlia Arruda, Robério Paulino e Nivaldo Bacurau.*

Senhor Prefeito,

Cumprc-me encaminhar a Vossa Excelência a Redação Final do **Projeto de Lei nº 387/2021**, aprovado em sessão plenária realizada no dia 01 de junho deste ano, que "Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências".

Respeitosamente,

**VEREADOR PAULOINHO FREIRE**  
**PRESIDENTE**



1

2





PL 384/20

RECIBO DO  
64122  
09/02

AUTORE: Anna Pomicino

ORIGEM: 145122

Palácio "FELIPE CAMARÃO" em Natal

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

PREFEITO

LEI Nº \_\_\_\_\_

*Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL,**

FAÇO SABER que a Câmara Municipal do Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho com o objetivo de premiar práticas relacionadas a políticas para mulheres, desenvolvidas por empresas privadas, no âmbito do município de Natal.

**Art. 2º** O Selo Empresa Amiga da Mulher será concedido em três categorias distintas - bronze, prata ou ouro - com observância aos critérios previstos nesta lei, às empresas privadas que cumpram um, dois ou os três eixos que assegurem a plena vivência das mulheres no ambiente de trabalho:









ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

C. A. 1.200.000  
64122  
REC. 10

I - Igualdade de oportunidades: buscar assegurar planos de carreira com maior transparência e oferecendo oportunidades equivalentes, inclusive salariais, entre homens e mulheres no crescimento profissional.

II - Igualdade entre gêneros: comprovação de medidas de apoio a mulheres e homens que demandem necessidades especiais de cuidados a uma criança nos primeiros anos de vida, tais quais: oferecimento de fraldário feminino e masculino, de creche ou auxílio creche, de sala de amamentação e concessão a seus funcionários de licença paternidade por período superior ao estipulado no art. 10º, §1º da ADCT.

III - Eliminação da discriminação: comprovação de boas práticas de combate e prevenção ao machismo, racismo, homofobia, misoginia e assédio sexual ou moral no ambiente de trabalho.

**Art. 3º** Para recebimento do Selo Empresa Amiga da Mulher a empresa interessada deverá inscrever junto à Secretaria responsável pedido formal de adesão contendo, a(s) categoria(s) pretendida(s), a documentação a ser definida por regramento próprio, além da comprovação dos seguintes requisitos:

**§1º** Cumprimento de pelo menos um dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Bronze.

**§2º** Cumprimento de pelo menos dois dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Prata;

**§3º** Cumprimento de todos os incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Ouro;

**Art. 4º** A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

**Art. 5º** A empresa poderá utilizar o selo Empresa Amiga da Mulher em sua logomarca, produtos e material publicitário.









ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

PROCESSO  
64122  
118

**Parágrafo único.** O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em Natal, 01 de junho de 2022.

  
Nina Souza

- Presidente

Camila Araújo

Vice-Presidente

  
Aldo Clemente

- Membro

Ana Paula Araújo

Membro

Kleber Fernandes

- Membro

  
Klaus Araújo

Membro

Preto Aquino

Membro



1

1



**PROCESSO Nº: 387 / 2021**

Ofício 145/22  
EM 02/06/22

**Projeto de Lei:** 387 / 2021

**Data de entrada:** 23 de junho de 2021

**Autor:** Ana Paula;

**Protocolo:** 2486 / 2021

**Ementa:** Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.

**Despacho Inicial:**

**NORMA JURIDICA**









CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/21  
Folha. 0290

Câmara Municipal do Natal  
Cabinete da Vereadora Ana Paula  
Rua Jundiá, 546, Tirol - Tel. (84) 3232.8828

PROJETO  
64/22  
138

**PROJETO DE LEI Nº 387, DE 2021**

Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL, Estado do Rio Grande do Norte, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Municipal, sanciono a seguinte lei:

**Artigo 1º** Fica instituído o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho com o objetivo de premiar práticas relacionadas a políticas para mulheres, desenvolvidas por empresas privadas, no âmbito do município de Natal.

**Artigo 2º** O Selo Empresa Amiga da Mulher será concedido em três categorias distintas – bronze, prata ou ouro – com observância aos critérios previstos nesta lei, às empresas privadas que cumpram um, dois ou os três eixos que assegurem a plena vivência das mulheres no ambiente de trabalho:

- I – Igualdade de oportunidades: buscar assegurar planos de carreira com maior transparência e oferecendo oportunidades equivalentes, inclusive salariais, entre homens e mulheres no crescimento profissional.
- II – Igualdade entre gêneros: comprovação de medidas de apoio a mulheres e homens que demandem necessidades especiais de cuidados a uma criança nos primeiros anos de vida, tais quais: oferecimento de fraldário feminino e masculino, de creche ou auxílio creche, de sala de amamentação e concessão a seus funcionários de licença paternidade por período superior ao estipulado no art. 10º, §1º da ADCT.



1

2



64122  
148

CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/21  
Folha 03 de 03

III – Eliminação da discriminação: comprovação de boas práticas de combate e prevenção ao machismo, racismo, homofobia, misoginia e assédio sexual ou moral no ambiente de trabalho.

**Artigo 3º** Para recebimento do Selo Empresa Amiga da Mulher a empresa interessada deverá inscrever junto à Secretaria responsável pedido formal de adesão contendo, a(s) categoria(s) pretendida(s), a documentação a ser definida por regramento próprio, além da comprovação dos seguintes requisitos:

§1º Cumprimento de pelo menos um dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Bronze.

§2º Cumprimento de pelo menos dois dos incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Prata;

§3º Cumprimento de todos os incisos do artigo 2º para receber o Selo Empresa Amiga da Mulher da categoria Ouro;

**Artigo 4º** A empresa interessada deverá comprovar regularidade fiscal por meio de certidões emitidas pelas esferas competentes.

**Artigo 5º** A empresa poderá utilizar o selo Empresa Amiga da Mulher em sua logomarca, produtos e material publicitário.

**Parágrafo único.** O relatório e demais dados de mensuração de impacto do programa deverão estar disponíveis para consulta pública nas plataformas digitais da Prefeitura e da empresa aderente ao Selo.

**Artigo 6º** As despesas decorrentes desta lei correrão por conta das disposições orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Artigo 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Natal, Plenário Vereador Érico Hackradt.

Palácio Padre Miguelinho, Natal/RN, 21 de junho de 2021.





✓

✓



**JUSTIFICATIVA:**

64/22  
150

CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/22  
Folha. 04

Excelentíssimo Presidente,  
Ilustres Vereadores(as),

Entendemos que garantir o acesso ao trabalho não é a única ação que possibilitará o resgate da dignidade das mulheres, mas este é um importante passo para que elas garantam seus direitos.

Apesar de todos os direitos conquistados nos últimos anos, seguem em desigualdade em relação aos homens no mercado de trabalho. Elas ganham até 17% menos, apesar de fazer o mesmo trabalho, de acordo com indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). As mulheres também encontram maior dificuldade de inserção profissional, sendo a desocupação feminina, de todas as faixas etárias, quase o dobro da taxa masculina.

E essa construção passa pelo apoio e valorização de todos os atores que contribuem, efetivamente, com uma cultura que tenha como regra a igualdade de gênero. No âmbito profissional, as empresas exercem papel fundamental no processo de valorização das mulheres, no respeito, e valorização objetivas da capacidade profissional de cada um.

Além disso, dentro das instituições, há necessidade de cuidado com as funcionárias, com controle e incentivo à realização do pré-natal das gestantes, condições adequadas para amamentação ou coleta de leite materno, e constantes campanhas de promoção e prevenção da saúde da mulher.

A criação do Selo Empresa Amiga da Mulher é importante para que Natal reforce seu conjunto de ações afirmativas em defesa da mulher. É o justo e exemplar reconhecimento público, político e institucional das empresas que garantam às mulheres vagas de emprego em igualdade de direitos com os homens, um ambiente de trabalho digno, que puna e denuncie todo e qualquer ato de assédio ou violência cometidas contra as suas colaboradoras.



✓

✓



64122  
168

A certificação será requerida anualmente, entre de 1º de janeiro a 28 de fevereiro, e será atribuída no mês de março. O selo terá validade de dois anos e, durante esse período, a empresa certificada poderá usá-lo junto à sua marca, inclusive em materiais publicitários.

Com isso, solicitamos a aprovação da matéria, na esperança de que a importância e o mérito da nossa proposta sejam também reconhecidos pelos nobres parlamentares.

Douto Presidente, nobres colegas vereadores, essas são as razões que nos levaram a encaminhar o presente Projeto de Lei à consideração e deliberação desta honrada Casa Legislativa, para qual solicito que seja apreciado, discutido, votado e aprovado.

Sala de Sessões da Câmara Municipal do Natal, Plenário Vereador Érico Hackradt. Palácio Padre Miguelinho, Natal/RN, 21 de junho de 2021.

Ver.  Paula



‘

‘





# CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL

TRABALHANDO PELO BEM DA NOSSA CIDADE

64122

178

CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/21  
Folha. 06/07

## DESPACHO

Projeto de Lei

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 38 / 2021 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinária, nos termos do artigo 52.º II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 29 de JUNHO de 2021.

PRESIDENTE

## PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☐ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente e Habitação
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☒ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☒ Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Mulheres, Idosos, Trabalho e Igualdade
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Inovação.
- ☐ Comissão de Transportes, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Desporto e Qualidade de Vida

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 29 de JUNHO de 2021.

PROCURADOR

PROCURADORIA LEGISLATIVA



1

2





*Câmara Municipal de Natal*

*A casa do povo. A sua casa.*

64/22  
18

CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/21  
Folha. 01/01

<b>PROJETO DE LEI</b>	387/2021
<b>AUTOR(A)</b>	Ver <sup>a</sup> . Ana Paula
<b>DESTINO</b>	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

### **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 28 de Junho de 2021.

*Victor da Costa Reis*  
**Victor da Costa Reis**  
Assessor Técnico Legislativo  
MAT.: 5418720



64/2014  
19

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**DESIGNO O VEREADOR (A)** Refo. Vaqueiro

**PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS**  
**INICIANDO EM, 09/08/2014**

  
**VER. KLEBER FERNANDES**  
**PRESIDENTE**



2

3



VEREADOR  
**PRETO AQUINO**  
ESPORTE E TRABALHO SOCIAL PARA TODOS.

64122  
20

PROJETO DE LEI 387/2021 – “Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências.”.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA MUNICIPAL. INEXISTÊNCIA DE RESERVA DE INICIATIVA. CONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL VERIFICADAS. PARECER FAVORÁVEL.**

De autoria da Senhora Vereadora ANA PAULA, o Projeto de Lei 387/2021 objetiva criar o Selo de qualidade com ênfase na valorização da mulher no ambiente do trabalho, nos limites do Município do Natal.

Nesta fase do processo legislativo analisa-se os aspectos de constitucionalidade, tanto material quanto formal, atribuindo ao processo legitimidade para prosseguimento ou não.

Cumpra destacar que o Projeto em comento amolda-se ao previsto pelo artigo 138 do Regimento Interno desta Casa, uma vez que a adequação ocorre por exclusão das demais modalidades.

Assim, considerando que a matéria é competência da Vereança, e volta-se à regular matéria no âmbito local, fazendo jus ao que dispõe o artigo 30, inciso I da Constituição Federal, somando a isto o fato de inexistir qualquer evidência de vício de iniciativa ou inconstitucionalidade material (mesmo que englobando a análise a partir do bloco de constitucionalidade), tem-se a constatação da constitucionalidade da presente proposição.

Ademais, urge destacar que a matéria em comento é de competência concorrente entre os entes da federação, razão pela qual inexistente também qualquer vício de iniciativa ou invasão de competência.

Portanto, no que me compete examinar, opino **favoravelmente** ao Projeto de Lei 387/2021.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
Parecer em 26/02/2021  
[Assinatura]



1

2



CMN - Projeto de Lei  
Número: 387/2021  
Data: 30 de

Natal/RN, 20 de Agosto de 2021.

64122  
218



**PRETO AQUINO**  
Vereador Relator - PSD



2

3



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

Número da Lei  
Folha  
387/2021

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

64/22  
22

- ☒ PROJETO DE LEI      ☐ RESOLUÇÃO      ☐ DECRETO LEGISLATIVO  
☐ EMENDA À L.O.M.      ☐ VETO      ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
☐ PROCESSO      ☐ EMENDA

Nº 387/2021

Autor(a) e redator(a):

Chefe do Executivo: ( )

Relator(a) Vereador(a):

Ana Paula  
Prato Aquino

VOTO DE DIVERGÊNCIA:

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA:

VOTO DO RELATOR:

Favorável ao projeto

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2021.

Vereador Kleber Fernandes

Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereadora Nina Souza

Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Aldo Clemente

Membro

- ☐ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereadora Ana Paula

Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereadora Camille Araújo

Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Klaus Araújo

Membro

- ☐ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Prato Aquino

Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção



64122  
23

**COMISSÃO DE INDÚSTRIA, TURISMO, COMÉRCIO E  
EMPREENDEDORISMO**

DESIGNO O VEREADOR (A) Margarita Rêgo

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 04/10/21

  
VER. HERMES CÂMARA  
PRESIDENTE



2

3





64/22  
24

**CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL/RN****GABINETE DA VEREADORA MARGARTE RÉGIA****Palácio Padre Miguelinho, Rua Jundiá, 546, Petrópolis, Natal/RN****PARECER JURÍDICO DE PROJETO DE LEI****Projeto De Lei nº 387/2021****Proponente: Vereadora Ana Paula**

*"Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho e dá outras providências."*

O Projeto de Lei ora proposto pelo Exm<sup>a</sup>. **Vereadora Ana Paula** é de suma importância, haja vista o tema em epígrafe ser de grande valia como mais um dispositivo legal que visa uma maior abertura e valorização da mulher no mercado de trabalho.

Atualmente, diversas minorias têm recebido incentivo para se firmar no mercado de trabalho, e, isso inclui principalmente as mulheres.

A desigualdade de gênero ainda marca uma forte presença em instituições e empresas, criando diversos obstáculos para o público feminino, como situações de abuso e salários mais baixos quando comparados aos do público masculino.

COMISSÕES TÉCNICAS  
**RECEBIDO**  
Em, 23 / 11 / 2021



2

3



A inserção da diversidade, nesse sentido, contribui para que esse grupo reivindique cada vez mais espaço nos ambientes corporativos. Os dados do Ministério do Trabalho, por exemplo, apontam que inúmeros setores já perceberam os benefícios que a presença das mulheres oferece, uma vez que sua força e competência para ocupar todos os tipos de cargos está ganhando reconhecimento.

A realidade é que muitas mulheres ainda recebem menos do que o público masculino, mesmo que executem as mesmas tarefas nos postos de trabalho. De acordo com uma pesquisa da Catho, as condições e as hierarquias impostas nas empresas também desfavorecem as mulheres em relação aos colegas homens.

Contar com mulheres nas equipes **contribui para a diminuição dos preconceitos relacionados ao gênero**. Isso porque instituições e empresas se tornam menos autoritárias e mais colaborativas, favorecendo sobretudo o combate aos papéis impostos sobre a presença do público feminino em cargos de liderança. Muitas empresas e instituições, tanto públicas quanto privadas, ganham com a diversidade em suas equipes de trabalho. As mulheres, em especial, **oferecem características bastante positivas**, como a capacidade de gestão, organização, alto nível de motivação e autonomia.

Além disso, as companhias que dão preferência ao sexo feminino podem contribuir para combater a desigualdade de gênero e os preconceitos em relação à qualificação das mulheres. Com isso, é fundamental que os gestores corporativos **valorizem a presença feminina**, oferecendo chances reais para que sejam incluídas em seus times.

Do ponto de vista legal, chega a ser desnecessária transcrever aqui fundamentação normativa que dá azo a matéria trazida nesse Projeto de Lei.

Portanto, essa Vereadora Margarete Rêgia - PROS, **afirma** aprovação ao referido Projeto de Lei.



2

3



É o parecer, S.M.J.

64/22  
268

Natal/RN, 20 de outubro de 2021.

**Marco Aurélio de Araújo Silva**

**Advogado - OAB/RN - 10.548**

**CPF nº 498.243.844-72**



**Margarete Régia**

**Vereadora**



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROJETO DE LEI  
Número: 387/2021  
Folhas: 16

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Margarite Régia para nos termos do artigo 50 seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer á presente proposição legislativa.  
Natal, RN 04/10/2021.

Ver. Hermes Câmara  
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, TURISMO, COMÉRCIO E EMPREENDEDORISMO

- ☒ PROJETO DE LEI    ☐ RESOLUÇÃO    ☐ DECRETO LEGISLATIVO  
☐ EMENDA À L.O.M.    ☐ VETO    ☐ PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR  
Nº 387/2021    ☐ EMENDA

Autor: Vereador(a) Anna Paula

Chefe do Executivo ( )

Relator: Vereador(a) Margarite Régia

VOTO DO RELATOR: Favorável ao projeto

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 2021.

Vereador Hermes Câmara  
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Chagas Catarino  
Vice-Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Luciano Nascimento  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereador Kleber Fernandes  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção

Vereadora Margareth Régia  
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer  
☐ Contrário ao Parecer  
☐ Abstenção



2

3



64/22  
28

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS  
MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE**

DESIGNO O VEREADOR (A) Humberto

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS  
INICIANDO EM, 09/12/2021

  
VER<sup>a</sup>. MARIA DIVANEIDE  
PRESIDENTE



2

3





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete do Vereador Herberth Sena

CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/2021  
Folha. 18

PROJETO Nº  
64/22  
29/8

PARECER

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO  
DAS MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E IGUALDADE

COMISSÕES TÉCNICAS  
Recebido em 16/05/2021

DA

O **Projeto de Lei nº 387/2021 de Autoria da Vereadora Ana Paula**, "Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências."

A Comissão, nos termos regimentais, designou-me relator a fim de emitir parecer sobre a matéria, para analisar o referido Projeto de Lei.

Trata-se da análise do **Projeto de Lei nº 387/2021 de Autoria da Vereadora Ana Paula**, "Institui o Selo Empresa Amiga da Mulher às empresas que cumprirem metas de valorização a plena vivência da mulher no ambiente de trabalho, e dá outras providências."

Temos que, a norma firmada no Regimento Interno da Câmara Municipal, que prevê como atribuição desta Comissão Especial de Defesa dos Direitos Humanos e das minorias, as seguintes áreas de atividades: II - iniciativas referentes aos órgãos assistenciais do município e entidades congêneres; III - matérias de interesse dos grupos de defesa dos direitos humanos e de combate à violência, bem como das minorias estabelecidas; IV - fiscalização e aplicação do Estatuto da Criança e do

**HERBERTH  
SENA**

Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120  
E-mail: vereador.hs@gmail.com  
Telefone: (84) 3232-2467  
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena



2

2





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
Palácio Padre Miguelinho  
Gabinete do Vereador Herberth Sena

RECIBO  
64122  
308

Adolescente, da Declaração de Direitos Universais do Homem, bem como toda a legislação atinente à defesa dos direitos humanos, em especial à defesa do trabalho; V - proposições relativas ao combate à violência e à defesa dos direitos humanos, do trabalho e das minorias; VI - medidas legislativas e campanhas publicitárias pela conscientização contra a violência e pela preservação dos direitos do homem e do cidadão; VII - atendimento de reclamações, consultas, denúncias e sugestões apresentadas por entidades defensoras dos direitos humanos, do trabalho e das minorias.

Inicialmente, cumpre destacar a importância desse projeto de Lei, visto que, ainda, nos dias de hoje, existe uma desigualdade entre homens e mulheres dentro do mercado de trabalho. Segundo a Justificativa apresentada, as mulheres ganham até 17% menos, apesar de fazer o mesmo trabalho, de acordo com o IBGE. Elas também encontram uma maior dificuldade de inserção profissional, sendo a desocupação feminina, de todas as faixas etárias, quase o dobro da taxa masculina.

Destarte, o Projeto de Lei, de maneira sucinta, traz um assunto de interesse público bastante relevante, pois, a criação do Selo Empresa Amiga da Mulher é importante para que Natal reforce seu conjunto de ações afirmativas em defesa da mulher. É o justo e exemplar reconhecimento público e institucional das empresas que garantam às mulheres vagas de emprego em igualdade de direitos e com os homens. Um ambiente de trabalho digno, que puna e denuncie todo e qualquer ato de assédio ou violência cometidas contra as suas colaboradoras.

No que se refere a validade jurídica do referido Projeto, temos que, a Constituição Federal, em seu artigo 30, "caput" e incisos I e II, dispõe que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local e complementar à legislação federal e estadual no que couber, sendo assim, patente a competência dos municípios para legislar sobre matérias de interesse local,

**HERBERTH  
SENA**

Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120  
E-mail: [vereador.hs@gmail.com](mailto:vereador.hs@gmail.com)  
Telefone: (84) 3232-2467  
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena





ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL  
*Palácio Padre Miguelinho*  
*Gabinete do Vereador Herberth Sena*

CMNat - Projeto de Lei  
Número. 387/2021  
Folha. 20A

64/22  
31


motivo pelo qual, tal fundamentação demonstra que o referido Projeto se encontra juridicamente apto a ser apreciado pelos demais Vereadores, sendo emitido parecer favorável pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

Após análise a presente proposição, não constatei nenhum impedimento a sua tramitação nesta comissão, opino pela sua aprovação, sou **FAVORÁVEL** ao presente Projeto de Lei.

Natal/RN, 10 de março de 2022.

ADRISON DE  
ATHAYDE VILELA CID  
SILVA:09267618466

Assinado de forma digital por  
ADRISON DE ATHAYDE VILELA  
CID SILVA:09267618466  
Dados: 2022.03.10 16:50:17  
+03'00'

  
Herberth Sena

Vereador – PL

Adrison de Athayde Vilela Cid Silva

Advogado OAB/RN 12.822

**HERBERTH  
SENA**

Rua Jundiá, 546, Tirol - Natal/RN - CEP: 59012-120  
E-mail: [vereador.hs@gmail.com](mailto:vereador.hs@gmail.com)  
Telefone: (84) 3232-2467  
Instagram: @herberth.sena | Facebook: Herberth Sena







ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO



2

3





*Câmara Municipal de Natal*

*A casa do povo. A sua casa.*

**Projeto de Lei : Nº 387/2021**

**Autor (a): Ana Paula**

**DESPACHO**

Encaminho os autos ao Departamento Legislativo, informando que o mesmo teve seu **fim de Trâmite**, estando apto ao plenário.

Natal, 07 de abril de 2022.

**Dival da Silveira**  
Assessor Técnico Legislativo  
Mat. 5409950



2

3



**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
**PALÁCIO PADRE MIGUELINHO**  
**MESA DIRETORA**

CMN - PROJETO DE LEI  
Nº 387/21  
FOLHA: 23

**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

**Proposição:**

- ☒ Projeto de Lei 387/21  
☐ Projeto de Lei Complementar  
☐ Projeto de Resolução  
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica  
☐ Processo  
☐ Emenda  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

**Resultado da Votação:**

- ☒ Aprovado em 1ª Discussão  
☐ Aprovado em 2ª Discussão  
☐ Aprovado em Votação Única  
☐ Aprovado em Regime de Urgência -  
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ  
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ  
☐ Mantido o Veto  
☐ Rejeitado o Veto  
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

**OBS:**

**Quórum:**

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

Natal, 31 de Maio de 2021

Presidente



2

3





CNN - PROJETO DE LEI  
Nº 387/21  
FOLHA 24

**CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL**  
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO  
MESA DIRETORA

4/22  
35

## **CERTIDÃO**

**CERTIFICO** e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

### **Proposição:**

- ☒ Projeto de Lei 387/21  
☐ Projeto de Lei Complementar  
☐ Projeto de Resolução  
☐ Projeto de Decreto Legislativo

- ☐ Projeto de Emenda à Lei Orgânica  
☐ Processo  
☐ Emenda  
☐ Outro: \_\_\_\_\_

### **Resultado da Votação:**

- ☐ Aprovado em 1ª Discussão  
☒ Aprovado em 2ª Discussão  
☐ Aprovado em Votação Única  
☐ Aprovado em Regime de Urgência –  
Dispensa de Interstício

- ☐ Aprovado o Parecer da CCJ  
☐ Rejeitado o Parecer da CCJ  
☐ Mantido o Veto  
☐ Rejeitado o Veto  
☐ Retirado ☐ Adiado ☐ Prejudicado

OBS:

### **Quórum:**

- ☐ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☒ Unânime

  
Presidente

Natal, 01 de junho de 2022